

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2025



Demonstração consolidada do desempenho orçamental

				Euros			
Rubrica	Recebimentos	n	n-1	Rubrica	Pagamentos	n	n-1
Saldo de Gerência anterior		14 866 519,48 €	13 783 273,31 €				
Operações Orçamentais [1]		13 813 182,37 €	12 751 151,21 €				
Devolução do saldo ope. Orçamentais							
Recebimentos do saldo devolvido por terceiras entidades							
Operações de Tesouraria [A]		1 053 337,11 €	1 032 122,10 €				
Receita Corrente		67 544 995,82 €	64 469 532,06 €	Despesa corrente		56 022 532,11 €	56 931 483,32 €
R1 Receita fiscal		28 180 550,30 €	24 324 473,69 €	D1 Despesas com o pessoal		27 718 921,75 €	26 117 313,89 €
R1.1 Imposto direto		28 180 550,30 €	24 324 473,69 €	D1.1 Remunerações Certas e Permanentes		21 290 400,56 €	19 872 524,57 €
R1.2 Impostos Indiretos		- €	- €	D1.2 Abonos Variáveis ou Eventuais		1 313 073,13 €	1 250 383,17 €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde		- €	- €	D1.3 Segurança Social		5 115 448,06 €	4 994 406,15 €
R3 Taxas, multas e outras penalidades		5 226 498,76 €	5 437 570,08 €	D2 Aquisição de bens e serviços		19 994 425,75 €	20 955 058,69 €
R4 Rendimentos de Propriedade		7 466,66 €	12 000,00 €	D3 Juros e outros encargos		121 956,70 €	197 006,19 €
R5 Transferências e subsídios correntes		19 512 844,32 €	20 444 864,35 €	D4 Transferências e subsídios correntes		6 927 439,94 €	8 507 806,39 €
R5.1 Transferências Correntes		20 031 509,02 €	20 444 864,35 €	D4.1 Transferências correntes		6 927 439,94 €	8 507 806,39 €
R5.1.1 Administrações públicas		19 772 240,01 €	19 107 886,39 €	D4.1.1 Administrações Públicas		3 544 443,55 €	4 697 394,83 €
R5.1.1.1 Administração Central - Estado português		17 205 579,48 €	15 915 515,70 €	D4.1.1.1 Administração Central - Estado português		- €	- €
R5.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		1 895 759,93 €	1 873 453,17 €	D4.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		- €	- €
R5.1.1.3 Segurança Social		- €	- €	D4.1.1.3 Segurança Social		- €	- €
R5.1.1.4 Administração Regional		- €	- €	D4.1.1.4 Administração Regional		- €	- €
R5.1.1.5 Administração Local		152 235,90 €	133 077,49 €	D4.1.1.5 Administração Local		3 544 443,55 €	4 037 355,64 €
R5.1.2 Exterior - EU		259 242,73 €	1 336 977,96 €	D4.1.2 Entidades do setor não lucrativo		3 238 147,18 €	3 152 966,52 €
R5.1.3 Outras		26,28 €	- €	D4.1.3 Famílias		114 849,21 €	131 644,20 €
R5.2 Subsídios Correntes		- €	- €	D4.1.4 Outras		30 000,00 €	- €
R6 Venda de bens e serviços		14 544 589,68 €	14 113 194,80 €	D4.2 Subsídios correntes		- €	- €
R7 Outras Receitas correntes		73 046,10 €	137 429,14 €	D5 Outras Despesas correntes		1 259 787,97 €	1 154 298,16 €
Receitas Capital		2 189 682,17 €	1 683 649,32 €	Despesas de capital		7 981 454,04 €	6 949 443,85 €
R8 Venda de bens de Investimento		15 163,51 €	26 364,98 €	D6 Aquisição de bens de capital		7 216 067,07 €	6 103 715,50 €
R9 Transferências e subsídios de capital		2 171 904,66 €	1 652 800,40 €	D7 Transferências e subsídios de capital		765 386,97 €	845 728,35 €
R9.1 Transferências de capital		2 171 904,66 €	1 652 800,40 €	D7.1 Transferências de capital		765 386,97 €	845 728,35 €
R9.1.1 Administrações públicas		2 171 904,66 €	1 652 800,40 €	D7.1.1 Administrações públicas		53 994,75 €	301 635,26 €
R9.1.1.1 Administração Central-Estado português		2 171 904,66 €	1 652 800,40 €	D7.1.1.1 Administração Central-Estado português		- €	- €
R9.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		- €	- €	D7.1.1.2 Administração Central - Outras entidades		- €	- €
R9.1.1.3 Segurança Social		- €	- €	D7.1.1.3 Segurança Social		- €	- €
R9.1.1.4 Administração Regional		- €	- €	D7.1.1.4 Administração Regional		- €	- €
R9.1.1.5 Administração Local		- €	- €	D7.1.1.5 Administração Local		53 994,75 €	301 635,26 €
R9.1.2 Exterior - EU		- €	- €	D7.1.2 Entidades do setor não lucrativo		711 392,22 €	544 093,09 €
R9.1.3 Outras		- €	- €	D7.1.3 Famílias		- €	- €
R9.2 Subsídios de Capital		- €	- €	D7.1.4 Outras		- €	- €
R10 Outras receitas de capital		2 614,00 €	4 483,94 €	D7.2 Subsídios de Capital		- €	- €
R11 Reposições não abatidas aos pagamentos		9 234,04 €	1 733,80 €	D8 Outras despesas de capital		- €	- €
Receita efetiva [2]		69 743 912,03 €	66 154 915,18 €	Despesa efetiva [5]		64 003 986,15 €	63 880 927,17 €
Receita não efetiva [3]		4 647 905,63 €	4 027 430,50 €	Despesa não efetiva [6]		2 418 035,95 €	5 239 387,35 €
R12 Receita com ativos financeiros		2 000 000,00 €	2 000 000,00 €	D9 Despesa com ativos financeiros		- €	2 000 000,00 €
R13 Receita com passivos financeiros		2 647 905,63 €	2 027 430,50 €	D10 Despesa com passivos financeiros		2 418 035,95 €	3 239 387,35 €
Soma [4]=[1]+[2]+[3]		88 205 000,03 €	82 933 496,89 €	Soma [7]=[5]+[6]		66 422 022,10 €	69 120 314,52 €
Operações de Tesouraria [B]		670 317,76 €	479 874,64 €	Operações de tesouraria [C]		317 447,15 €	458 659,63 €
				Saldo para a gerência seguinte		23 189 185,65 €	14 866 519,48 €
				Operações Orçamentais [8]=[4]-[7]		21 782 977,93 €	13 813 182,37 €
				Operações de tesouraria [D]=[A]+[B]-[C]		1 406 207,72 €	1 053 337,11 €
				Saldo global [2]-[5]		5 739 925,88 €	2 273 988,01 €
				Despesa primária		63 882 029,45 €	63 683 920,98 €
				Saldo corrente		11 522 463,71 €	7 538 048,74 €
				Saldo de capital		- 5 791 771,87 €	- 5 265 794,53 €
				Saldo Primário		5 861 882,58 €	2 470 994,20 €
				Receita total [1]+[2]+[3]		88 205 000,03 €	82 933 496,89 €
				Despesa total [5]+[6]		66 422 022,10 €	69 120 314,52 €

Demonstração consolidada de direitos e Obrigações por natureza

			Euros	
Rubrica	Liquidações	n	Rubrica	Obrigações
Receita Corrente			Despesa corrente	
5 017 278,90 €			717 294,97 €	
R1	Receita fiscal	- €	D1	Despesas com o pessoal
R1.1	Imposto direto	- €	D1.1	Remunerações Certas e Permanentes
R1.2	Impostos Indiretos	- €	D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais
	Contribuições para sistemas de proteção social e			
R2	subsistemas de saúde	- €	D1.3	Segurança Social
R3	Taxas, multas e outras penalidades	608 190,66 €	D2	Aquisição de bens e serviços
R4	Rendimentos de Propriedade	- €	D3	Juros e outros encargos
R5	Transferências e subsídios correntes	1 081 157,80 €	D4	Transferências e subsídios correntes
R5.1	Transferências Correntes	1 081 157,80 €	D4.1	Transferências correntes
R5.1.1	Administrações públicas	942 268,00 €	D4.1.1	Administrações Públicas
R5.1.1.1	Administração Central - Estado português	15 512,83 €	D4.1.1.1	Administração Central - Estado português
R5.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	777 725,79 €	D4.1.1.2	Administração Central - Outras entidades
R5.1.1.3	Segurança Social	- €	D4.1.1.3	Segurança Social
R5.1.1.4	Administração Regional	- €	D4.1.1.4	Administração Regional
R5.1.1.5	Administração Local	149 029,38 €	D4.1.1.5	Administração Local
R5.1.2	Exterior - EU	91 190,02 €	D4.1.2	Entidades do setor não lucrativo
R5.1.3	Outras	47 699,78 €	D4.1.3	Famílias
R5.2	Subsídios Correntes	- €	D4.1.4	Outras
R6	Venda de bens e serviços	3 297 251,76 €	D4.2	Subsídios correntes
R7	Outras Receitas correntes	30 678,68 €	D5	Outras Despesas correntes
Receitas Capital			Despesas de capital	
2 798,60 €			253 740,04 €	
R8	Venda de bens de Investimento	2 798,60 €	D6	Aquisição de bens de capital
R9	Transferências e subsídios de capital	- €	D7	Transferências e subsídios de capital
R9.1	Transferências de capital	- €	D7.1	Transferências de capital
R9.1.1	Administrações públicas	- €	D7.1.1	Administrações públicas
R9.1.1.1	Administração Central-Estado português	- €	D7.1.1.1	Administração Central-Estado português
R9.1.1.2	Administração Central - Outras entidades	- €	D7.1.1.2	Administração Central - Outras entidades
R9.1.1.3	Segurança Social	- €	D7.1.1.3	Segurança Social
R9.1.1.4	Administração Regional	- €	D7.1.1.4	Administração Regional
R9.1.1.5	Administração Local	- €	D7.1.1.5	Administração Local
R9.1.2	Exterior - EU	- €	D7.1.2	Entidades do setor não lucrativo
R9.1.3	Outras	- €	D7.1.3	Famílias
R9.2	Subsídios de Capital	- €	D7.1.4	Outras
R10	Outras receitas de capital	- €	D7.2	Subsídios de Capital
R11	Reposições não abatidas aos pagamentos	600,00 €	D8	Outras despesas de capital
Receita efetiva [1]			Despesa efetiva [4]	
5 020 677,50 €			971 035,01 €	
Receita não efetiva [2]			Despesa não efetiva [5]	
- €			- €	
R12	Receita com ativos financeiros	- €	D9	Despesa com ativos financeiros
R13	Receita com passivos financeiros	- €	D10	Despesa com passivos financeiros
Receita total [3]=[1]+[2]			Despesa total [6]=[4]+[5]	
5 020 677,50 €			971 035,01 €	

Balanco Consolidado 2025

RUBRICAS	NOTAS	DATA	
		31/12/2025	31/12/2024
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	244 842 673,39	246 207 269,66
Propriedades de investimento	8	1 510 792,16	0,00
Ativos intangíveis	3	133 525,81	136 035,07
Investimentos Participações financeiras	18	2 118 714,70	2 118 714,70
Clientes, contribuintes e utentes	18	108 500,66	131 016,59
Outras contas a receber	18	7 139,41	9 714,91
		248 721 346,13	248 602 750,93
Ativo corrente			
Inventários	10	147 300,49	136 695,57
Devedores por transferências e subsídios não reembolsáveis	18	15 512,83	12 868,38
Clientes, contribuintes e utentes	9/18	1 330 187,21	1 135 685,88
Estado e outros entes públicos	18	103 706,43	119 633,68
Outras contas a receber	18	14 940 221,13	13 874 947,45
Diferimentos	18	451 128,35	394 072,74
Caixa e depósitos	1	23 189 185,65	16 866 519,48
		40 177 242,09	32 540 423,18
Total do ativo		288 898 588,22	281 143 174,11
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		71 212 617,59	71 212 617,59
Reservas		3 521 114,04	3 521 114,04
Resultados transitados		166 934 288,69	168 092 342,67
Ajustamentos em ativos financeiros		15 138,31	15 138,31
Excedentes de revalorização		46 993,29	46 993,29
Outras variações no património líquido		23 882 954,52	22 568 096,61
Resultado líquido do período		2 700 733,32	(1 810 502,21)
Interesses que não controlam		368 821,01	625 294,61
Total do Património Líquido		268 682 660,76	264 271 094,91
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	582 339,11	477 755,24
Financiamentos obtidos	18	1 006 226,00	1 682 071,04
Fornecedores de investimentos		25 088,31	0,00
Fornecedores			
Responsabilidades por benefícios pós-emprego			
Diferimentos	18	3 979 263,07	3 695 444,26
Passivos por impostos diferidos			
Outras contas a pagar	18	1 048 941,71	981 449,40
		6 641 858,20	6 836 719,94
Passivo corrente			
Fornecedores	18	580 000,05	301 717,34
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
Estado e outros entes públicos	18	611 951,72	567 415,60
Acionistas/sócios/associados			
Financiamentos obtidos	18	1 854 916,22	1 020 534,47
Fornecedores de investimentos		25 088,31	8 865,81
Outras contas a pagar	18	5 853 322,54	4 802 345,24
Diferimentos	18	4 648 790,42	3 334 480,80
		13 574 069,26	10 035 359,26
Total do Passivo		20 215 927,46	16 872 079,20
Total do Património Líquido e Passivo		288 898 588,22	281 143 174,11

Demonstração de Resultados Consolidado 2025

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2025	31/12/2024
Impostos, contribuições e taxas	13/14 +	33 998 226,64	30 331 641,00
Vendas	13 +	3 253 263,68	3 047 911,18
Prestações de serviços e concessões	13 +	12 481 077,16	11 912 603,47
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13 +/-	0,00	1 235,11
Transferências e subsídios correntes obtidos	14 +	19 127 779,59	17 452 491,05
Trabalhos para a própria entidade	13/14 +	112 230,75	101 880,66
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10 -	-157 738,03	-148 930,01
Fornecimentos e serviços externos	23 -	-20 528 057,77	-21 266 207,72
Gastos com pessoal	19 -	-27 702 105,56	-25 779 322,19
Transferências e subsídios concedidos	-	-7 645 882,95	-8 120 844,98
Imparidade de inventários e ativos biológicos (perdas/reversões)	+/-	0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	+/-	-386 255,89	-471 166,45
Provisões (aumentos/reduções)	15 +/-	-104 583,87	-46 713,94
Outros rendimentos e ganhos	13/14 +	1 769 920,07	2 571 724,86
Outros gastos e perdas	-	-2 577 107,22	-2 761 036,52
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		11 640 766,60	6 825 265,52
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5 +/-	(9 055 864,11)	(8 433 772,37)
Imparidade de investimentos depreciables/amortizáveis (perdas/reversões)	+/-		
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		2 584 902,49	(1 608 506,85)
Juros e rendimentos similares obtidos	+	8 070,64	13 165,96
Juros e gastos similares suportados	-	(136 537,91)	(203 754,28)
Resultado antes de impostos		2 456 435,22	(1 799 095,17)
Imposto sobre o rendimento		-1 835,52	-2 931,05
Resultado líquido do período		2 454 599,70	-1 802 026,22
Resultado líquido do período atribuível a:			
Detentores do capital da entidade-mãe		2 700 733,32	-1 810 502,21
Interesses que não controlam		-246 133,62	8 475,99

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2025



Demonstração das alterações no Património Líquido Consolidado 2025

DESCRIÇÃO		Capital/ Património Realizado	Outros instrumentos de capital próprio	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações no património líquido	Resultado líquido do período	TOTAL	Interesses que não controlam	Total do património líquido
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO	(1)	71 212 617,59	0,00	3 521 114,04	168 092 342,67	15 138,31	46 993,29	22 568 096,61	(1 810 502,21)	263 645 800,30	625 294,61	264 271 094,91
ALTERAÇÕES NO PERÍODO												
Primeira adoção de novo referencial contabilístico												
Alterações de políticas contabilísticas												
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												
Realização do excedente de revalorização												
Excedentes de revalorizações e respetivas variações										0,00		
Transferências e subsídios de capital								1 314 857,91		1 314 857,91		1 314 857,91
Correção de erros materiais										0,00		
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido					(1 158 053,98)	0,00			1 810 502,21	652 448,23	(10 339,98)	642 108,25
	(2)	0,00	0,00	0,00	(1 158 053,98)	0,00	0,00	1 314 857,91	1 810 502,21	1 967 306,14	(10 339,98)	1 956 966,16
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	(3)								2 700 733,32	2 700 733,32	(246 133,62)	2 454 599,70
RESULTADO INTEGRAL	(4) = (2) + (3)								4 511 235,53	4 668 039,46	(256 473,60)	4 411 565,86
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO												
Realizações de capital/património												
Entradas para coberturas de perdas												
Outras operações												
	(5)				0,00	0,00		0,00	0,00	0,00		0,00
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO	(6)=(1)+(2)+(3)+(5)	71 212 617,59		3 521 114,04	166 934 288,69	15 138,31	46 993,29	23 882 954,52	2 700 733,32	268 313 839,76	368 821,01	268 682 660,76

Demonstração dos fluxos de caixa consolidada 2025

RUBRICAS			Períodos	
			31/12/2025	31/12/2024
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Recebimentos de clientes		+	14 542 043,58	14 110 713,76
Recebimento de contribuintes		+	25 094 775,12	21 035 805,04
Recebimentos de transferências e subsídios correntes			19 363 250,51	19 159 731,10
Recebimento de utentes		+	5 049 243,58	5 278 123,19
Pagamentos a fornecedores		-	(20 507 599,58)	(21 439 390,14)
Pagamentos ao pessoal		-	(26 336 693,13)	(24 852 540,58)
Pagamentos de transferências e subsídios		-	(7 652 258,16)	(8 101 414,96)
Caixa gerada pelas operações		+/-	9 552 761,92	5 191 027,41
Outros recebimentos		+	3 659 765,82	3 687 755,48
Outros pagamentos		-	(1 942 456,99)	(1 964 786,37)
Fluxos de caixa das atividades operacionais	(a)	+/-	11 270 070,75	6 913 996,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		-	(7 168 924,75)	(5 978 656,28)
Activos intangíveis		-	(10 375,53)	(17 418,32)
Investimentos financeiros		-	0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		+	1 600,00	35 187,00
Activos intangíveis		+		
Propriedades de investimento		+		
Investimentos financeiros		+		
Outros activos		+	4 193,59	26 364,98
Subsídios ao investimento		+		
Transferências de capital		+	2 171 904,66	1 652 800,40
Fluxos de caixa das atividades de investimento	(b)	+/-	(5 001 602,03)	(4 281 722,22)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		+	2 647 905,63	2 027 430,50
Outras operações de financiamento		+	0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		-	(2 489 368,92)	(3 394 732,87)
Juros e gastos similares		-	(104 339,26)	(181 725,76)
Outras operações de financiamento		-	0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	(c)	+/-	54 197,45	(1 549 028,13)
Variação de caixa e seus equivalentes	(a)+(b)+(c)	+/-	6 322 666,17	1 083 246,17
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
Caixa e seus equivalentes no início do período		+/-	16 866 519,48	15 783 273,31
Caixa e seus equivalentes no fim do período		+/-	23 189 185,65	16 866 519,48
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDO DE GERÊNCIA				
Caixa e seus equivalentes no início do período			16 862 343,45	15 777 339,33
- Equivalentes a caixa no início do período			(2 000 000,00)	(2 000 000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no início do período				
= Saldo da gerência anterior			14 866 519,48	13 783 273,31
De execução orçamental			13 813 182,37	12 751 151,21
De operações de tesouraria			1 053 337,11	1 032 122,10
Caixa e seus equivalentes no fim do período			23 189 185,65	16 866 519,48
- Equivalentes a caixa no fim do período				(2 000 000,00)
+ Parte do saldo de gerência que não constitui equivalentes de caixa				
- Variações cambiais de caixa no fim do período				
= Saldo da gerência seguinte			23 189 185,65	14 866 519,48
De execução orçamental			21 782 977,93	13 813 182,37
De operações de tesouraria			1 406 207,72	1 053 337,11

Nota 1 - Identificação da entidade, período de relato e referencial contabilístico

Em 2025 o perímetro de consolidação inclui as seguintes entidades: Câmara Municipal do Montijo, Serviços Municipalizados de Água e Saneamento do Montijo (SMAS) e Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo (AFPDM).

Denominação	Percentagem de interesse
Câmara Municipal de Montijo	100,00%
Serviços Municipalizados de água e saneamento	100,00%
Associação para a Formação Profissional e Desenvolvimento Montijo	12,5%*

*O controlo que a autarquia detém sobre a Associação para Formação Profissional e Desenvolvimento do Montijo (AFPDM), deve-se à capacidade de nomear os seus órgãos de gestão.

O detalhe dos valores da execução orçamental e de operações de tesouraria, apresentam-se conforme segue:

Designação	31/12/2025	31/12/2024
- Execução orçamental	21 782 977,93 €	13 813 182,37
- Operações de tesouraria	1 406 207,72 €	1 053 337,11
Saldo da gerência	23 189 185,65 €	14 866 519,48 €

Caixa e depósitos: confirma-se que a diferença entre a caixa do consolidado e a soma das entidades corresponde a valores em conciliação bancária, já na posse do Grupo à data de relato. Os montantes dizem respeito a transferências e pagamentos de faturas pelo município no final do ano de 2025 recebidas pelas entidades consolidantes no início de 2026.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

2.1 - Apresentação apropriada e conformidade com as NCP

As presentes demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da entidade. Representam de forma fiel os efeitos das transações, outros acontecimentos e condições, de acordo com a

definição e critérios de reconhecimento de ativos, passivos, rendimentos e gastos estabelecidos na estrutura conceitual e nas Normas de Contabilidade Pública (NCP).

➤ Informação Comparativa

Respeitando o Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas foram adotadas de maneira consistente ao longo do tempo.

As quantias comparativas afetadas pela reclassificação serão divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

➤ Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras são consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

➤ Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. Cada classe material de itens semelhantes é apresentada separadamente nas demonstrações financeiras. Os itens de natureza ou função dissemelhante serão apresentados separadamente, a menos que sejam imateriais.

➤ Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não foram sujeitos a compensações, exceto os que forem exigidos por NCP.

➤ Continuidade

Com base na informação disponível e expectativas futuras, as Entidades do Grupo Autárquico, continuarão a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade, de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

➤ Juizados de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juizados de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis às Entidades do Grupo Autárquico ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

2.2 - Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas definidas pelo Órgão de Gestão, foram as seguintes:

a) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites, deduzido das depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2)

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração referente às vidas uteis de depreciação será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos, nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis foram registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

Caso existam ativos fixos tangíveis em curso, os mesmos representam ativos que ainda não se encontram em condições necessárias ao seu funcionamento/utilização. Estes ativos fixos tangíveis passarão a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da venda ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registados na demonstração dos resultados nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis adquiridos, são registados ao custo de aquisição (justo valor na data de aquisição), deduzidos das amortizações acumuladas e imparidades.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo e bens, adotando-se o Classificador complementar 2 (CC2).

As vidas úteis e método de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

c) Imparidades de ativos fixos tangíveis e intangíveis e propriedades de investimento

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas, com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

d) Participações Financeiras

Os investimentos financeiros em subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser mensurados em conformidade com a NCP 18 (justo valor ou ao custo) ou ao método da equivalência patrimonial conforme previsto na NCP 23.

Pelo método do custo, o investimento é reconhecido inicialmente pelo seu custo de aquisição, sendo subsequentemente ajustado de quaisquer perdas por imparidade.

Pelo método da equivalência patrimonial, a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a evolução da quota-parte da investidora nos resultados da participada depois da data da aquisição. A quota-parte da investidora nos resultados da participada é reconhecida nos resultados da investidora. As distribuições recebidas reduzem a quantia escriturada do investimento. O valor final da participação financeira irá incluir o valor determinado pela aplicação do método da equivalência patrimonial juntamente com quaisquer interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido da investidora na participada.

e) Rédito e regime do acréscimo

Nos rendimentos de transações com contraprestação, o rédito compreende o justo valor da contraprestação recebida ou a receber pelas vendas e prestações de serviços decorrentes da atividade normal das Entidades do Grupo Autárquico, na data da prestação dos serviços ou se periódicos, no fim do período a que dizem respeito.

Nos rendimentos de transações sem contraprestação, o rédito é reconhecido quando os acontecimentos ocorrem, sendo mensurados ao justo valor à data de aquisição.

Observou-se o disposto nas NCP 13 e 14, dado que o rédito só foi reconhecido por ter sido razoavelmente mensurável, e seja provável que se obtenham benefícios económicos futuros e todas as contingências relativas tenham sido substancialmente resolvidas.

f) Transferências e subsídios

As transferências do Estado para os municípios no âmbito do Fundo de Equilíbrio Financeiro Capital previsto na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e a que o Município tem direito são reconhecidas no património líquido.

Sempre que se configurar possível a afetação dessas verbas a um ou mais ativos depreciables ou amortizável, afetação, a transação para resultados equipara-se a um subsídio ou transferência consignada, pelo que, numa base sistemática, procede-se à Imputação, à medida que forem contabilizadas as amortizações ou depreciações dos ativos subjacentes na respetiva proporção.

Um subsídio só é reconhecido quando haja segurança razoável de que a entidade cumprirá as condições a ele associadas, e que o subsídio será recebido.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis são inicialmente reconhecidos em diferimentos e no momento em que se consideram cumpridas as condições, são transferidos para o património líquido (outras variações do património líquido) e, subsequentemente:

- Os que respeitam a ativos fixos tangíveis depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser imputados numa base sistemática como rendimentos de forma que sejam balanceados com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem;
- Os que respeitem a ativos fixos tangíveis não depreciables e ativos intangíveis amortizáveis devem ser mantidos no património líquido, exceto se a respetiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

g) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

- Clientes e outras dívidas de terceiros

As contas "clientes" e "outras contas a receber" estão reconhecidas pelo seu valor nominal diminuído de eventuais perdas por imparidades, para que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido.

Os valores refletidos no Balanço a título de “Clientes” e Outros Valores a Receber, respeitam a saldos por receber de prestações de serviços, vendas e apoios contratuais acordados, para além de contratos de financiamento homologados já em execução (para os quais foi solicitado pedidos de pagamento) ou a aguardar o seu início ou execução.

A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber

- Fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar a fornecedores e outros terceiros, que não vencem juros, são registadas pelo seu valor nominal, que é equivalente ao seu justo valor.

- Financiamentos bancários (empréstimos)

Os financiamentos são registados no passivo pelo custo. Os financiamentos são classificados como passivo corrente, a não ser que a Entidade tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais 12 meses após a data de relato, caso em que serão incluídos em passivos não correntes pelas quantias que se vencem para além deste prazo.

- Periodizações

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas rubricas «Outras contas a receber e a pagar» e «Diferimentos».

- Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes, correspondem aos valores em caixa e depósitos.

h) Provisões e Passivos Contingentes

Uma provisão só é reconhecida quando, cumulativamente:

- Tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) como resultado de um acontecimento passado;
- É provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para pagar essa obrigação;
- Pode ser feita uma estimativa fiável da quantia dessa obrigação.

Uma **provisão** é mensurada pela melhor estimativa do dispêndio exigido para liquidar a obrigação presente à data de relato. A melhor estimativa corresponde à quantia que as Entidades do Grupo Autárquico racionalmente pagariam para liquidar a obrigação à data de relato ou para a transferir para um terceiro nessa data.

As estimativas do desfecho e do efeito financeiro são determinadas pelo julgamento do órgão de gestão, tendo em consideração a experiência de transações similares e, em alguns casos, os relatórios de peritos independentes, nomeadamente do mandatário judicial.

As provisões são revistas em cada data de relato e ajustadas para refletirem a melhor estimativa corrente. Se deixar de ser provável que é necessário um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para liquidar a obrigação, a provisão deve ser revertida. Uma provisão apenas é utilizada para dispêndios relativamente aos quais foi originalmente reconhecida.

Se tivermos perante um **passivo contingente**, o mesmo não é reconhecido, sendo sujeito a divulgação, exceto se for remota a possibilidade de um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço.

Os passivos contingentes são continuamente avaliados para determinar se um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço se tornou provável. Quando se torna provável, deve ser reconhecida uma provisão nas demonstrações financeiras desse período.

Nota 3 - Ativos intangíveis

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AI	Projetos de Desenvolvimento	Programas de computador e sistemas de informação
Taxa de Amortização	33,33%	33,33%
Métodos de amortização	Linha reta	Linha reta

Em 2025, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se nos quadros seguintes:

3.1 - Ativos Intangíveis - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Amortizações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
442 Projetos de desenvolvimento	361 383,45	344 061,91	0,00	17 321,54	361 383,45	353 864,22	0,00	7 519,23
443 Programas de computador e sistemas de informação	1 385 398,37	1 266 684,84	0,00	118 713,53	1 492 125,28	1 366 118,70	0,00	126 006,58
TOTAL	1 746 781,82	1 610 746,75	0,00	136 035,07	1 853 508,73	1 719 982,92	0,00	133 525,81

3.2 - Ativos Intangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Amortizações do período	Diminuições	
442 Projetos de desenvolvimento	17 321,54	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 802,31	0,00	7 519,23
443 Programas de computador e sistemas de informação	118 713,53	132 309,21	0,00	0,00	0,00	-99 433,86	-25 582,30	126 006,58
TOTAL	136 035,07	132 309,21	0,00	0,00	0,00	-109 236,17	-25 582,30	133 525,81

3.3 - Ativos Intangíveis – adições.

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
441 Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
442 Projetos de desenvolvimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	123 808,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 500,91	132 309,21
TOTAL	0,00	123 808,30	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8 500,91	132 309,21

3.3 - Ativos Intangíveis – diminuições.

Rubricas	Diminuições				
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	Total
443 Programas de computador e sistemas de informação	0,00	0,00	0,00	-25 582,30	-25 582,30
TOTAL	0,00	0,00	0,00	-25 582,30	-25 582,30

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: concedente

No quadro seguinte encontram-se descritos os contratos de concessão, com todos os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimentos.

Contrato de Concessão	Concessionário	Ativo de concessão	Período de Concessão	Valor do contrato	Pagamentos ao Concessionário		
					Anos anteriores	Ano corrente	Anos futuros
Exploração da concessão de distribuição de electricidade em baixa tensão	E-REDES - Distribuição de Electricidade S.A.	-	20 Anos	-	-	-	-

No quadro seguinte apresenta-se a informação provisória enviada pela E-Redes.

	Valor aquisição	Depreciação acumulada	Valor líquido
Imobilizado em exploração	25 277 066,11	- 18 191 772,51	7 085 293,60
Chegadas aéreas	974 372,05	- 877 699,47	96 672,58
Chegadas subterrâneas	2 881 331,26	- 1 650 152,54	1 231 178,72
Contadores e acessórios	3 942 810,44	- 3 091 065,51	851 744,93
Contadores	1 334 163,25	- 1 314 023,94	20 139,31
Outro equipamento	1 041 059,87	- 925 412,55	115 647,32
Eq. Telegestão Energia EDP Box	1 567 587,32	- 851 629,02	715 958,30
Iluminação pública	3 973 935,91	- 2 771 217,87	1 202 718,04
Postos Transformação e Seccionamento	5 969 149,82	- 3 815 277,06	2 153 872,76
Redes aéreas	4 120 344,28	- 3 357 177,99	763 166,29
Redes subterrâneas	3 415 122,35	- 2 629 182,07	785 940,28
Subsídios ao investimento	- 14 047 310,08	10 914 370,67	- 3 132 939,41
Chegadas aéreas	- 520 398,18	469 312,15	- 51 086,03
Chegadas subterrâneas	- 2 652 675,95	1 535 153,26	- 1 117 522,69
Contadores e acessórios	- 772 864,95	760 276,30	- 12 588,65
Contadores	- 600 218,61	600 024,41	- 194,20
Outro equipamento	- 171 959,85	159 962,06	- 11 997,79
Eq. Telegestão Energia EDP Box	- 686,49	289,83	- 396,66
Iluminação pública	- 3 010 402,23	2 237 008,99	- 773 393,24
Postos Transformação e Seccionamento	- 1 977 274,00	1 473 870,12	- 503 403,88
Redes aéreas	- 2 438 870,26	2 239 311,42	- 199 558,84
Redes subterrâneas	- 2 674 824,51	2 199 438,43	- 475 386,08
Total	11 229 756,03	- 7 277 401,84	3 952 354,19

Rubrica	Valor
Valor líquido AFT	7 085 293,60 €
Diferimento de rendimento	3 952 354,19 €

Atualmente a autarquia tem em vigor as seguintes concessões:

O contrato referido no quadro anterior, já teve o seu término, sendo que confere o direito a recebimentos à CMM e não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou não têm qualquer pagamento associado, exceto em caso de resgate da concessão ou de não atribuição de nova concessão.

A Orientação Técnica n.º 1 da Comissão de Normalização Contabilística (CNC), aprovada pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão Executiva (CE) da CNC em 18 de fevereiro de 2025, aborda o tratamento contabilístico dos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão (BT) celebrados entre os municípios e a E-Redes, S.A. Esses contratos, estabelecidos conforme o Decreto-Lei n.º 344-B/82 e suas alterações, sendo que para assegurar a continuidade dos serviços até a implementação de novas concessões previstas para 2026, muitos municípios prorrogaram esses contratos.

A orientação destaca que, conforme a Norma de Contabilidade Pública (NCP) 4, os municípios, na qualidade de concedentes, devem reconhecer os ativos relacionados com a concessão se controlarem ou regularem os serviços prestados e tiverem direito a benefícios económicos futuros desses ativos, mas apenas se tiverem informação para o efeito, sendo que geralmente essa informação nem sempre é enviada de forma completa e atempada. Além disso, a renda paga pela E-Redes aos municípios pela exploração da concessão deve ser reconhecida como rendimento ao longo do período da concessão.

No caso específico da Câmara Municipal do Montijo (CMM), em 2021, foram reconhecidos pela primeira vez os ativos em concessão à E-Redes, com atualizações subsequentes baseadas em dados de 2025. Esse reconhecimento deve-se ao facto da CMM entender possuir informações suficientes para identificar e mensurar esses ativos, alinhando-se às diretrizes da NCP 4 e da Orientação Técnica n.º 1 da CNC.

O rendimento diferido corresponde ao montante dos ativos fixos tangíveis líquido de depreciações e que tenham sido encargo da E-Redes e que em caso de resgate da concessão ou não renovação, existe uma indemnização a pagar de montante sensivelmente semelhante. A autarquia não considera este montante como passivo financeiro, dado que pretende realizar um novo contrato de concessão nos termos da legislação que está ainda por aprovar.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. O grupo utiliza o método das quotas constantes (ou da linha reta) para calcular as depreciações.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

AFT	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros ativos fixos tangíveis
Taxa de Amortização		5,0%	entre 5,0% e 20,0%	25,0%	12,50%	entre 2,0% e 25,0%
Métodos de amortização	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta	Linha reta

5.1 - Ativos fixos tangíveis – variação das depreciações e perdas por imparidades acumuladas.

Rubricas	Início do Período				Fim do Período			
	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada	Quantia Bruta	Depreciações acumuladas	Perdas por imparidade acumuladas	Quantia Escriturada
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 263 009,47	0,00	0,00	16 263 009,47	16 753 564,75	0,00	0,00	16 753 564,75
Edifícios e outras construções	8 195 844,56	2 174 804,32	0,00	6 021 040,24	8 385 925,01	2 476 736,46	0,00	5 909 188,55
Infraestruturas	107 645 640,94	28 576 773,73	0,00	79 068 867,21	109 213 194,16	32 242 712,84	0,00	76 970 481,32
Patrimônio histórico, artístico e cultural	58 994,60	0,00	0,00	58 994,60	59 359,60	0,00	0,00	59 359,60
Bens de domínio público em curso	75 261,05	0,00	0,00	75 261,05	0,00	0,00	0,00	0,00
	132 238 750,62	30 751 578,05	0,00	101 487 172,57	134 412 043,52	34 719 449,30	0,00	99 692 594,22
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81	25 277 066,11	18 191 772,51	0,00	7 085 293,60
	24 230 500,13	17 652 702,32	0,00	6 577 797,81	25 277 066,11	18 191 772,51	0,00	7 085 293,60
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 735 805,03	0,00	0,00	66 735 805,03	65 890 772,14	0,00	0,00	65 890 772,14
Edifícios e outras construções	87 385 377,41	22 455 075,57	0,00	64 930 301,84	88 262 453,16	25 156 245,15	0,00	63 106 208,01
Equipamento básico	6 660 046,91	4 804 590,42	0,00	1 855 456,49	7 766 292,99	5 196 699,39	0,00	2 569 593,60
Equipamento de transporte	7 031 018,16	5 794 447,84	0,00	1 236 570,32	6 942 075,69	6 251 304,44	0,00	690 771,25
Equipamento administrativo	3 429 039,20	2 959 859,96	0,00	469 179,24	3 503 257,13	3 099 996,54	0,00	403 260,59
Outros	3 226 705,92	2 798 817,76	0,00	427 888,16	3 104 702,42	2 524 609,62	0,00	580 092,80
Ativos fixos tangíveis em curso	2 487 098,20	0,00	0,00	2 487 098,20	4 824 087,18	0,00	0,00	4 824 087,18
	176 955 090,83	38 812 791,55	0,00	138 142 299,28	180 293 640,71	42 228 855,14	0,00	138 064 785,57
TOTAL	333 424 341,58	87 217 071,92	0,00	246 207 269,66	339 982 750,34	95 140 076,95	0,00	244 842 673,39

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADA 2025



5.2 - Ativos tangíveis – quantia escriturada e variações do período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Revalorizações	Reversão de Perdas por imparidade	Depreciações do período	Diminuições	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural								
Terrenos e recursos naturais	16 263 009,47	539 052,56	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 497,28	16 753 564,75
Edifícios e outras construções	6 021 040,24	20 879,86	1 69 200,59	0,00	0,00	-301 932,14	0,00	5 909 188,55
Infraestruturas	79 068 867,21	231 946,05	1 455 937,17	0,00	0,00	-3 699 470,23	-86 798,88	76 970 481,32
Patrimônio histórico, artístico e cultural	58 994,60	365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	59 359,60
Bens de domínio público em curso	75 261,05	90 647,72	-1 65 908,77	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	101 487 172,57	882 891,19	1 459 228,99	0,00	0,00	-4 001 402,37	-135 296,16	99 692 594,22
Ativos fixos em concessão								
Infraestruturas	6 577 797,81	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	-539 070,19	0,00	7 085 293,60
	6 577 797,81	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	-539 070,19	0,00	7 085 293,60
Outros ativos fixos tangíveis								
Terrenos e recursos naturais	66 735 805,03	46 152,83	-291 185,72	0,00	0,00	0,00	-600 000,00	65 890 772,14
Edifícios e outras construções	64 930 301,84	-241 861,77	1 309 820,27	0,00	0,00	-2 892 052,33	0,00	63 106 208,01
Equipamento básico	1 855 456,49	1 199 334,50	34 887,96	0,00	0,00	-407 431,87	-112 653,48	2 569 593,60
Equipamento de transporte	1 236 570,32	201 337,53	0,00	0,00	0,00	-474 044,24	-273 092,36	690 771,25
Equipamento administrativo	469 179,24	98 871,65	10 764,45	0,00	0,00	-142 420,73	-33 134,02	403 260,59
Outros	427 888,16	144 845,27	121 663,68	0,00	0,00	-104 898,52	-9 405,79	580 092,80
Ativos fixos tangíveis em curso	2 487 098,20	5 729 992,33	-3 393 003,35	0,00	0,00	0,00	0,00	4 824 087,18
	138 142 299,28	7 178 672,34	-2 207 052,71	0,00	0,00	-4 020 847,69	-1 028 285,65	138 064 785,57
TOTAL	246 207 269,66	9 108 129,51	-747 823,72	0,00	0,00	-8 561 320,25	-1 163 581,81	244 842 673,39

5.2A - Ativos tangíveis – adições.

Rubricas	Adições									
	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Expropriação	Doação	Doação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	539 052,56
Edifícios e outras construções	0,00	24 100,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3 220,14
Infraestruturas	0,00	36 276,45	0,00	0,00	0,00	1 293,72	0,00	0,00	0,00	194 375,88
Patrimônio histórico, artístico e cultural	0,00	365,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Bens de domínio público em curso	0,00	90 647,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	151 389,17	0,00	0,00	0,00	1 293,72	0,00	0,00	0,00	730 208,30
Ativos fixos em concessão										
Infraestruturas	0,00	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	1 046 565,98	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	46 152,83
Edifícios e outras construções	0,00	23 210,02	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-265 071,79
Equipamento básico	0,00	1 165 535,07	0,00	0,00	0,00	31 048,70	0,00	0,00	0,00	2 750,73
Equipamento de transporte	0,00	201 337,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Equipamento administrativo	0,00	98 246,73	0,00	91,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	533,65
Outros	0,00	144 845,27	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	144 845,27
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	5 609 551,53	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	120 440,80
	0,00	7 242 726,15	0,00	91,27	0,00	31 048,70	0,00	0,00	0,00	-95 193,78
TOTAL	0,00	8 440 681,30	0,00	91,27	0,00	32 342,42	0,00	0,00	0,00	635 014,52

5.2B - Ativos tangíveis – diminuições.

Rubricas	Diminuições					Total
	Alienações a título oneroso	Transferência ou troca	Devolução ou Reversão	Fusão, cisão, reestruturação	Outras	
Bens de domínio público, patrimônio histórico, artístico e cultural						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-48 497,28	-48 497,28
Infraestruturas	0,00	0,00	0,00	0,00	-86 798,88	-86 798,88
	0,00	0,00	0,00	0,00	-135 296,16	-135 296,16
Outros ativos fixos tangíveis						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	-600 000,00	-600 000,00
Equipamento básico	-85 026,28	-27,10	0,00	0,00	-300 194,46	-385 247,84
Equipamento de transporte	0,00	0,00	-498,00	0,00	-99,08	-597,08
Equipamento administrativo	0,00	0,00	0,00	0,00	-33 034,94	-33 034,94
Equipamentos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	-9 405,79	-9 405,79
Ativos fixos tangíveis em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	-85 026,28	-27,10	-498,00	0,00	-942 734,27	-1 028 285,65
TOTAL	-85 026,28	-27,10	-498,00	0,00	-1 078 030,43	-1 163 581,81

Nota 6 – Locações

As Entidades do Grupo Autárquico têm contratos de locação em vigência em 2025.

Entidade	Bens locados	Quantia escriturada líquida	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos			
			Período		Acumulado		Período		Acumulado	
			Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros	Capital	Juros
CMM	2 Viaturas Pesadas Recolha RSU	- €	53 863,91 €	772,59 €	440 340,00 €	15 531,10 €	- €	- €	- €	- €
	3 Viaturas Ligeiras c/ Cabine Dup	3 475,15 €	17 469,06 €	378,85 €	89 881,85 €	4 297,05 €	3 475,15 €	13,43 €	- €	- €
	Total	3 475,15 €	71 332,97 €	1 151,44 €	530 221,85 €	19 828,15 €	3 475,15 €	13,43 €	- €	- €

Entidade	Contratos	Valor do contrato	Pagamentos efetuados acumulados				Futuros pagamentos mínimos				Valor presente dos futuros pagamentos mínimos
			Período		Acumulado		Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Sup. A 5 anos	Total	
Pag. Min.	Rendas C.	Pag. Min.	Rendas C.								
SMAS	Serviços para Cópia e impressão em regime de aluguer operacional(1 máquina CANON MF 522X)	1 328,40 €	184,50 €	- €	1 328,40 €	- €	- €	- €	- €	- €	
	Aquisição de serviços de aluguer operacional (renting) de 4 veículo usadas	27 318,69 €	3 421,88 €	- €	26 758,79 €	- €	- €	- €	- €	559,90 €	
	P.S. de Cópia e impressão em regime de aluguer operacional de 3 Máquinas Multifunções Image Runner Advance DX C3922i	14 612,38 €	5 394,48 €	- €	7 419,70 €	- €	- €	- €	- €	7 192,68 €	
	Aquisição de serviços no âmbito de aluguer operacional de viaturas (Renting) - Lote 1	71 917,80 €	17 210,00 €	- €	17 210,00 €	- €	- €	- €	- €	54 707,80 €	
	Aquisição de serviços no âmbito de aluguer operacional de viaturas (Renting) - Lote 4	54 862,92 €	10 018,16 €	- €	10 018,16 €	- €	- €	- €	- €	44 844,76 €	
	Serviços de impressão em regime de aluguer operacional (2 máquinas canon LBP 312X e I-Sensys X 1440pr)	1 612,53 €	490,77 €	- €	490,77 €	- €	- €	- €	- €	1 121,76 €	
	Aquisição de serviços no âmbito de aluguer operacional de viaturas (Renting) - 1 Viatura ligeira mista de 5 lugares	34 348,00 €	1 084,71 €	- €	1 084,71 €	- €	- €	- €	- €	33 263,29 €	
	Total	206 000,72 €	37 804,50 €	- €	64 310,53 €	- €	- €	- €	- €	141 690,19 €	

Nota 8 – Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são mensuradas ao custo. O custo de aquisição compreende o seu preço de compra/construção e quaisquer outros gastos que lhe sejam diretamente imputáveis.

8.1 – Propriedades de Investimento -Modelo do Custo – Quantia Escriturada e Movimentos do Período.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Variações				Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas	Depreciações do período	Diminuições	
Propriedades de Investimento						
Terrenos e recursos naturais		169 110,00	291 185,72	0,00		460 295,72
Edifícios e outras construções		807 467,17	392 191,01	-149 161,74		1 050 496,44
TOTAL	0,00	976 577,17	683 376,73	-149 161,74	0,00	1 510 792,16

As transferências internas à entidade resultam da reclassificação de imóveis anteriormente registados na rubrica dos ativos fixo tangíveis.

8.2 – Propriedades de Investimento -desagregação das adições

Rubricas	Internas	Compra	Cessão	Transfer. ou troca	Doação	Adições Dação em pagamento	Locação fin.	Fusão, cisão, ...	Outras	Total
Propriedades de Investimento										
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	169 110,00	169 110,00
Edifícios e outras construções	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	807 467,17	807 467,17
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	976 577,17	976 577,17

Nota 9 – Imparidade de ativos

Os movimentos ocorridos em 2025 encontram-se no quadro seguinte:

Ativo	Natureza	31/12/2025			31/12/2024		
		Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável	Quantia bruta	Imparidade acumulada	Quantia recuperável
Cientes, contribuintes e utentes	Gerador de caixa	4 060 942,28	2 606 741,58	1 454 200,70	3 571 836,51	2 292 265,66	1 279 570,85
Outros devedores	Gerador de caixa	35 962,46	7 263,04	28 699,42	39 308,22	7 263,04	32 045,18

Nota 10 – Inventários

Os movimentos dos inventários à data de 31/12/2025 são os seguintes:

	2025							
	Quantia escriturada inicial	Variações						Quantia escriturada final
		Compras liquidadas	Consumos/gastos	Variações nos inventários	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários	Outros aumentos de inventários
Mercadorias	0,00	6 143,04	6 143,04	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	136 695,57	161 994,45	151 594,99	0,00	0,00	0,00	3 494,73	3 700,19
Produtos acabados e intermédios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e rejeitos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	136 695,57	168 137,49	157 738,03	0,00	0,00	0,00	3 494,73	3 700,19

	2025			2024		
	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS. CONSUMO	Total	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS SUBS. CONSUMO	Total
Existências iniciais	0,00	136 695,57	136 695,57	0,00	129 872,55	129 872,55
Compras	6 143,04	161 994,45	161 994,45	0,00	155 723,34	155 723,34
Regularização de existências	0,00	205,46	205,46	0,00	29,69	29,69
Existências finais	0,00	147 300,49	147 300,49	0,00	136 695,57	136 695,57
Custo das merc.vend.mat.consumidas	6 143,04	151 594,99	157 738,03	0,00	148 930,01	148 930,01

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

O rendimento das vendas é reconhecido na demonstração de resultados:

- i. Quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador;
- ii. Quando deixa de existir um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse;
- iii. Quando o montante dos réditos possa ser fiavelmente quantificado;
- iv. Quando seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para a entidade;
- v. Quando os custos incorridos ou a incorrer referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

O rendimento das prestações de serviços é reconhecido na demonstração de resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data do balanço.

O rendimento dos juros é reconhecido na demonstração de resultados através do método do juro efetivo.

O rendimento dos dividendos é reconhecido a partir do momento em que se estabelece o direito do acionista a receber o dividendo.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

	2025	2024
Tipo de transação com contraprestação	Rendimento do período reconhecido	Rendimento do período reconhecido
Prestações de Serviços	12 481 077,16 €	11 912 603,47 €
Venda	3 253 263,68 €	3 047 911,18 €
Juros		
Royalties		
Dividendos ou distribuições similares	8 070,64 €	13 165,96 €
Outros rendimentos	83 791,29 €	755 723,67 €
TOTAL	15 826 202,77 €	15 729 404,28 €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

a) Políticas contabilísticas e métodos adotados

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências. Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas. As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

b) Quantia de cada categoria de rendimentos

Tipo de transação sem contraprestação	31/12/2025				31/12/2024			
	Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber		Rendimento do período reconhecido em		Quantias por receber	
	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período	Resultados	Património Líquido	Início do período	Final do período
Impostos diretos	11 726 493,03				11 955 704,10			
Impostos indiretos	20 930 092,94				15 856 506,47			
Taxas	1 264 738,20		172 252,47	678 895,98	2 426 655,37		124 805,90	172 252,47
Multas e outras penalidades	76 902,47		3 932,94	4 109,80	92 775,06		42 191,59	3 932,94
Transferências sem condição	16 315 984,55	3 585 820,81			14 441 208,33	2 512 933,46		
Transferências/Subsídios com condição	3 855 357,25	19 721 819,27	248 149,82	222 331,07	3 856 301,89	18 626 472,70	323 267,03	248 149,82
Outros	754 797,32				1 160 556,46			
TOTAL	54 924 365,76	23 307 640,08	424 335,23	905 336,85	49 789 707,68	21 139 406,16	490 264,52	424 335,23

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

15.1 - Provisões

As provisões são reconhecidas quando se verifica cumulativamente as seguintes situações:

- i. Exista uma obrigação presente como resultado de um acontecimento passado;
- ii. Seja provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos que será necessário para liquidar a obrigação;
- iii. Possa ser efetuada uma estimativa fiável da quantia da obrigação.

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município. Foi ainda ajustada a provisão relativa a acidentes de trabalho e doenças profissionais.

Rubricas	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentos da quantia escriturada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outros diminuições	Total diminuições	
Provisões										
Processos judiciais em curso	120 810,15	109 687,80			109 687,80		0,00		0,00	230 497,95
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	356 945,09	0,00			0,00		5 103,93		5 103,93	351 841,16
TOTAL	477 755,24	109 687,80	0,00	0,00	109 687,80	0,00	5 103,93	0,00	5 103,93	582 339,11

15.2 – Passivos Contingentes

- i. Obrigações possíveis, que carecem de confirmação se a entidade tem ou não uma obrigação presente que possa conduzir a um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço; ou
- ii. Obrigações presentes, que não satisfazem os critérios de reconhecimento da NCP 15 (por isso não são reconhecidos sob a forma de provisão), quer porque não é provável que seja exigido um exfluxo de recursos incorporando benefícios económicos ou potencial de serviço para extinguir a obrigação, quer porque não pode ser feita uma estimativa suficientemente fiável da quantia da obrigação.

Apresentam-se assim os processos judiciais em curso sobre os quais foi efetuada uma apreciação jurídica de risco, e constituídas as respetivas provisões pelos valores indicados. Relativamente aos processos onde não se verifique as condições para reconhecimento de provisão, são apresentados os mesmos para os efeitos de divulgação dos passivos contingentes.

Entidade	Processo	Valor da provisão
Tribunal Judicial da Comarca de Lisboa, Juízo Central Cível de Almada (Juiz 3)	Processo -Direitos de Propriedade	7 673,96 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 504/16.3BEALM	11 250,00 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 407/18.7BEALM	13 849,43 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 510/19.6BEALM	7 869,22 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 427/21.4BEALM	2 376,23 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 3476/23.4BELSB	2 113,00 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 2)	Processo n.º 662/24.3BEALM	46 368,75 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 754/24.9BEALM	1 979,56 €
Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031001164	9 180,00 €
Autoridade Para as Condições do Trabalho – Unidade	Processo de contraordenação n.º 031100574	1 530,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 904299295/E.A. 220150	300,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 905359062/E.A. 220150	60,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 912172843/E.A. 231100	60,00 €
Inspecção-Geral do Ambiente	Processo de contraordenação n.º CO/000483/11	15 000,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307138	600,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 2 74307146	300,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852768	120,00 €
Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária	Processo de contraordenação Auto n.º 413852750	180,00 €
Tribunal Administrativa de Circulo de Lisboa (Juízo dos Contratos Públicos)	Processo n.º 133/25.0BELSD	29 264,15 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 555/25.7BEALM	12 715,61 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 559/25.0BEALM	22 426,82 €
Tribunal Administrativa de Circulo de Lisboa (Juízo dos Contratos Públicos)	Processo n.º 87659/25.0BELSB	4 266,22 €
Tribunal Administrativo e Fiscal de Almada (Unidade Orgânica 1)	Processo n.º 955/25.0BEALM	35 015,00 €
Autoridade Nacional de Comunicações	Processo de contraordenação n.º 6-204-2025	6 000,00 €
Total		230 497,95 €

15.3 - Acidentes de trabalho e doenças profissionais

O montante relativo à provisão dos acidentes de trabalho e doenças profissionais estão desagregados de acordo com o seguinte quadro:

Acidentes de trabalho e doenças profissionais			
Idade	Valor da Penção	Valor da Pensão Anual	Montante da provisão
56 anos	90,38 €	1 265,32 €	25 122,81 €
62 anos	105,73 €	1 480,22 €	25 469,83 €
71 anos	306,53 €	4 291,42 €	49 524,53 €
56 anos	33,18 €	464,52 €	8 214,08 €
59 anos	409,25 €	5 729,50 €	95 772,48 €
76 anos	20,02 €	280,28 €	2 853,61 €
67 anos	114,44 €	1 602,16 €	21 513,34 €
71 anos	57,21 €	800,94 €	10 266,40 €
68 anos	49,08 €	687,12 €	10 026,54 €
66 anos	83,09 €	1 163,26 €	17 620,92 €
62 anos	178,06 €	2 492,84 €	42 893,76 €
69 anos	55,08 €	771,12 €	10 810,27 €
69 anos	37,29 €	522,06 €	7 318,72 €
53 anos	16,81 €	235,34 €	4 855,99 €
68 anos	21,67 €	303,38 €	4 426,96 €
53 anos	56,88 €	796,32 €	15 150,92 €
Total			351 841,16 €

Nota 17 – Acontecimento após a data de relato

Após 31 de dezembro de 2025 ocorreram acontecimentos de natureza excecional, designadamente fenómenos meteorológicos extremos registados a partir de 28 de janeiro de 2026, bem como o agravamento do contexto geopolítico internacional, nomeadamente o conflito envolvendo os Estados Unidos da América, Israel e o Irão, os quais configuram eventos subsequentes que não dão lugar a ajustamentos, porquanto as condições subjacentes não existiam à data do balanço.

No que respeita aos fenómenos meteorológicos extremos, encontram-se ainda em curso os trabalhos de levantamento e quantificação dos danos, sendo expectável a necessidade de realização de investimentos destinados à reposição de infraestruturas e mitigação de riscos futuros. Não obstante, antecipa-se que uma parte substancial destes encargos possa vir a ser objeto de financiamento ou apoio por parte da Administração Central. Acresce que uma parte relevante dos ativos potencialmente afetados se encontra já substancialmente depreciada pelo que o eventual impacto líquido adicional nas demonstrações financeiras poderá ser limitado, sem prejuízo de eventuais revisões de estimativas ou reconhecimento de perdas por imparidade que venham a revelar-se necessárias.

Relativamente ao contexto geopolítico internacional, não é possível, à data, estimar com fiabilidade os seus impactos, sendo, contudo, expectável que se possam traduzir em pressões inflacionistas, aumento de custos operacionais, necessidade acrescida de apoios sociais e condicionamentos à execução de investimentos, com reflexo sobretudo em exercícios futuros.

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade, não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível da sua atividade. À data, não se perspetivam situações que coloquem em causa o pressuposto da continuidade das operações e o normal desenvolvimento da atividade municipal.

Nota 18 – Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado menos perdas por imparidade expressam os valores a seguir apresentados.

18.1 – Ativos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de ativos financeiros			31.12.2025			31.12.2024		
			Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas
Ativos financeiros	Ativos financeiros ao custo amortizado menos imparidade	- Dev. por transf. e sub. não reemb.	15 512,83		15 512,83	12 868,38		12 868,38
		Clientes, contribuintes e utentes	4 045 429,45	2 606 741,58	1 438 687,87	3 571 836,51	2 292 265,66	1 279 570,85
		Estados e outros entes públicos	103 706,43		103 706,43	119 633,68		119 633,68
		Diferimentos	451 128,35		451 128,35	394 072,74		394 072,74
		Outros ativos	14 954 623,58	7 263,04	14 947 360,54	13 891 925,40	7 263,04	13 884 662,36
		Participações financeiras	2 118 714,70		2 118 714,70	2 118 714,70		2 118 714,70
		Subtotal	21 689 115,34	2 614 004,62	19 075 110,72	20 109 051,41	2 299 528,70	17 809 522,71
		Total	21 689 115,34	2 614 004,62	19 075 110,72	20 109 051,41	2 299 528,70	17 809 522,71

As participações financeiras detidas, mensuradas ao custo refletem as seguintes participações:

		31/12/2025	Aumento	Redução	31/12/2024
CMM	Participações financeiras				
	Simarsul, S.A.	1 127 290,00			1 127 290,00
	Amarsul	233 045,00			233 045,00
	Rede Dinamica XXI	5 000,00			5 000,00
	S. Energia	23 201,51			23 201,51
	Fundo de Apoio Municipal	720 855,00			720 855,00
AFPDM	Fundos (FCT)	9 323,19			9 323,19
TOTAIS		2 118 714,70	0,00	0,00	2 118 714,70

18.2 – Passivos Financeiros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de passivos financeiros			31.12.2025		31.12.2024	
			Quantias brutas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Quantias escrituradas
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao justo valor por contrapartida em resultados	Fornecedores	580 000,05	580 000,05	301 717,34	301 717,34
		Outros passivos	6 902 264,25	6 902 264,25	5 783 794,64	5 783 794,64
		Fornecedores de investimentos	50 176,62	50 176,62	8 865,81	8 865,81
		Diferimentos	8 628 053,49	8 628 053,49	7 029 925,06	7 029 925,06
		Estado e Outros Entes Públicos	611 951,72	611 951,72	567 415,60	567 415,60
		Financiamentos obtidos	2 861 142,22	2 861 142,22	2 702 605,51	2 702 605,51
		Subtotais	19 633 588,35	19 633 588,35	16 394 323,96	16 394 323,96
	Totais		19 633 588,35	19 633 588,35	16 394 323,96	16 394 323,96

Ao nível dos financiamentos obtidos e tal como acima foi referido agregam-se nos termos seguintes:

Financiamentos	31.12.2025			31.12.2024		
	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL	Passivo Corrente	Passivo Não Corrente	TOTAL
Empréstimos bancários	618 270,71 €	- €	618 270,71 €	204 513,42 €	- €	204 513,42 €
-Contas Correntes	68 000,00 €		68 000,00 €	75 000,00 €		75 000,00 €
-Descoberto Bancário	1 468,42 €		1 468,42 €	8 683,15 €		8 683,15 €
-Reforço Tesouraria			- €			- €
-Confirming	19 400,24 €		19 400,24 €	60 080,27 €		60 080,27 €
-Factoring	529 402,05 €		529 402,05 €	60 750,00 €		60 750,00 €
Empréstimos bonificados	102 466,28 €	- €	102 466,28 €	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €
- CGD/IHRU	102 466,28 €	- €	102 466,28 €	101 091,62 €	102 599,11 €	203 690,73 €
Empréstimos financiamento	1 130 704,08 €	1 006 226,00 €	2 136 930,08 €	641 981,52 €	1 577 611,72 €	2 219 593,24 €
- CGD	189 543,27 €	443 643,11 €	633 186,38 €	207 005,32 €	634 111,29 €	841 116,61 €
- BPI	102 064,45 €	38 383,45 €	140 447,90 €	125 130,86 €	141 127,47 €	266 258,33 €
- Santander Totta, SA			- €			- €
-Millennium BCP	839 096,36 €	524 199,44 €	1 363 295,80 €	309 845,34 €	802 372,96 €	1 112 218,30 €
- CCAM			- €			- €
Locações Financeiras	3 475,15 €	- €	3 475,15 €	72 947,91 €	1 860,21 €	74 808,12 €
TOTAL	1 854 916,22 €	1 006 226,00 €	2 861 142,22 €	1 020 534,47 €	1 682 071,04 €	2 702 605,51 €

Nota 19 – Benefícios dos empregados

a) Indicadores de referência

2025			
Recursos humanos	CMM	SMAS	AFPDm
Número de trabalhadores no final do período	1 021	109	106
Número médio de trabalhadores ao longo do período	1 003	104,00	105
Idade média dos trabalhadores	51	58,62	40
Antiguidade média dos trabalhadores	15 anos	20,81	6,5
Horas de formação totais	6 251	769h45	2 031
Média de horas de formação por trabalhador	6,12h	22,63h	19,3
Gastos com o pessoal	21 522 927,79	2 937 655,77	2 391 419,35
Gastos médios por trabalhador	21 080,24	26 950,97	22 775,42
Taxa geral de absentismo	10,60%	10,30%	14%
Total de acidentes de trabalho	55	4	4
Média de acidentes de trabalho por trabalhador	5%	4%	4%

b) Os gastos com o pessoal apresentam a seguinte evolução

Gastos com o pessoal	2025	2024
Remunerações Órgãos Autárquicos	191 366,44	189 779,90
Remunerações Membros Conselho administração	138 914,75	131 523,87
Remunerações do pessoal	21 941 856,82	20 266 633,12
Pensões	7 761,86	7 335,22
Benefícios pós emprego	4 983,13	4 541,40
Indemnizações	66 461,40	112 437,91
Encargos s/ Remunerações	4 818 314,71	4 451 869,72
Seguros de acid. trab e doenças profis.	354 326,99	316 542,46
Outros gastos com o pessoal	22 450,37	146 632,87
Outros encargos sociais	155 669,09	152 025,72
Total	27 702 105,56	25 779 322,19

Nota 20 - Divulgações de partes relacionadas

20.2 – Transações entre partes relacionadas

Município de Montijo / S. Energia

Tipo de Fluxos	Obrigações / Pagamentos					Direitos / Recebimentos				
	Saldo inicial	Obrigações constituídas no exercício	Anulações no exercício	Pagamentos do exercício	Saldo final	Saldo inicial	Direitos constituídos no exercício	Anulações no exercício	Recebimentos do exercício	Saldo final
Transferências	0,00	60 098,00	0,00	60 098,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Relações Comerciais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	60 098,00	0,00	60 098,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Nota 23 – Outras divulgações

23.1 - Fornecimentos e serviços externos

Esta componente dos gastos, durante os anos de 2025 apresenta o seguinte desenvolvimento:

Fornecimentos e serviços externos	2025	2024
621 Subcontratos e parcerias	3 035 098,44	2 954 860,97
622 Serviços especializados	10 319 447,93	10 754 549,03
623 Materiais de consumo	335 677,71	378 027,70
624 Energia e fluídos	3 058 015,39	3 106 152,55
625 Deslocações, estadas e transportes	38 451,48	61 363,15
626 Serviços diversos	3 741 366,82	4 011 254,32
Total	20 528 057,77	21 266 207,72

23.2 - Gastos e Perdas

Durante o ano 2025 a totalidade dos gastos e perdas ascenderam aos seguintes montantes:

GASTOS E PERDAS	2025	2024
60 Transferências e subsídios concedidos	7 645 882,95	8 120 844,98
61 Custo das merc.vend.mat.consumidas	157 738,03	148 930,01
62 Fornecimentos e serviços externos	20 528 057,77	21 266 207,72
63 Gastos com o pessoal	27 702 105,56	25 779 322,19
64 Gastos de depreciação e de amortização	9 055 864,11	8 433 772,37
65 Perdas por imparidade	386 255,89	471 166,45
66 Perdas por redução de justo valor	0,00	0,00
67 Provisões	104 583,87	46 713,94
68 Outros gastos	2 577 107,22	2 761 036,52
69 Gastos por juros e outros encargos	136 537,91	203 754,28
Total	68 294 133,31	67 231 748,46